



PREFEITURA MUNICIPAL ITAPORANGA

Construindo um novo futuro!

LEI Nº 2.401, DE 03 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre autorização legislativa para cancelamento de dívidas ativas em razão da ocorrência da prescrição e providências correlatas.

O **Prefeito Municipal de Itaporanga**, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao cancelamento da dívida ativa prescrita, tributária e/ou não tributária, assim reconhecida tanto administrativa quanto judicialmente, observado os requisitos e formalidades exigidos pela legislação vigente.

Artigo 2º Para subsidiar o ato de cancelamento o Departamento Jurídico deverá previamente instaurar procedimento administrativo, de forma que fique caracterizada a prescrição consoante legislação pertinente, anexando, se o caso, cópia do processo judicial e da respectiva sentença de reconhecimento da prescrição, intercorrente ou não, transitada em julgado.

Artigo 3º Concluído o procedimento com a declaração inequívoca da ocorrência da prescrição, o expediente será encaminhado ao Controlador Interno para parecer e, confirmada aquela, sequencialmente ao setor da Lançadoria Municipal para as devidas baixas no sistema.

Artigo 4º Procedido à necessária baixa no sistema da lançadoria, o procedimento será enviado à Diretoria Jurídica e Administrativa para verificação quanto à ocorrência ou não de desídia funcional para o recebimento do débito, seja por falta de notificação do devedor, não protesto da CDA ou omissão ou retardamento no andamento dos atos processuais na Execução Fiscal.

§ 1º Todo débito inscrito deverá ser cobrado observada a seguinte sequência:- notificação administrativa para quitação voluntária; protesto do título (CDA), e, se necessário, Execução Fiscal;

§ 2º Para encaminhamento a protesto da Certidão de Dívida Ativa, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil – Seção de São Paulo e o Tabelião de Protestos da Comarca de Itaporanga.

Artigo 5º Havendo indício de desídia funcional, instaurar-se-á Sindicância Simplificada para a apuração e comprovada a autoria e materialidade, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar na forma da lei, sem prejuízo de responsabilidades civis e penais.

Artigo 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Douglas Roberto Benini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Valdir Antônio Ap. Leine
Diretor Jurídico e Administrativo